



Plenário analisa venda direta de etanol de produtor para postos

Projeto de decreto legislativo, de Otto Alencar, objetiva aumentar a concorrência no mercado de combustíveis e, conseqüentemente, baixar o preço para o consumidor

O Senado pode votar hoje um projeto que permite a venda de etanol diretamente do produtor aos postos de combustíveis. Em regime de urgência desde o dia 12, o texto, se aprovado, ainda terá que passar pela Câmara dos Deputados.

A proposta susta um artigo de uma resolução da Agência Nacional do Petróleo que determina que o fornecedor só pode vender o etanol a outro fornecedor cadastrado na agência, a um distribuidor por ela autorizado ou ao mercado externo. Segundo o autor do projeto, isso cria praticamente um monopólio no fornecimento. **3**



Valdemir Barreto/Agência Senado — 29/5/2018

Se o Plenário do Senado aprovar o projeto de decreto legislativo sobre o fornecimento e distribuição de etanol, o texto ainda terá que passar pela Câmara

Gerardo Migeles/Agência Senado



Paim (C) coordena a audiência para comemorar o Dia Mundial do Orgulho Autista, na Comissão de Direitos Humanos

Audiência destaca desatenção do Estado a autistas

Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos para celebrar o Dia Mundial do Orgulho Autista, comemorado ontem, ressaltaram o avanço de duas propos-

tas em análise no Congresso que podem contribuir para melhorar a vida dessa parcela da população, que chega a

2 milhões de brasileiros. Eles criticaram a desatenção do Estado e o confinamento desnecessário em instituições de acolhimento. **3**

Discussão ética deve ser centrada nas pessoas, dizem debatedores

O ser humano deve ser o ponto central do debate ético, afirmaram participantes de audiência pública ontem na

Comissão Senado do Futuro. Para eles, as relações atuais têm se pautado por questões de mercado. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Hélio José (3º à esq.) comanda debate sobre a ética nas relações humanas

Roque de Sá/Agência Senado — 12/6/2018



Relator do projeto de LDO, o senador Dalírio Beber fala em reunião da comissão

Comissão de Orçamento analisa relatório preliminar da LDO 2019

A Comissão Mista de Orçamento deve fazer hoje a leitura do relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes

Orçamentárias de 2019. A partir da leitura, passa a ser contado o prazo para apresentação de emendas. **2**



Projetos podem evitar tragédias, como desabamento em São Paulo



Desabrigados do edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo

Proposta que regula a requisição de imóveis abandonados e em iminente perigo público é uma das que poderiam ter impedido o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em 1º de maio, em São Paulo. Tragédias como essa decorrem da combinação de um grande déficit habitacional com políticas urbanas desordenadas. **4**

Debate: ser humano precisa estar acima da economia

Em audiência sobre a ética, participantes disseram que as relações humanas têm se pautado por questões de mercado e deixam de lado as pessoas, em especial as minorias, a vida e o meio ambiente

A IMPORTÂNCIA DO ser humano como ponto central do debate ético foi destacada pelos participantes de audiência pública na Comissão Senado do Futuro (CSF). No debate sobre a ética nas relações humanas, os debatedores criticaram a ênfase econômica das relações atuais.

Na visão do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Leonardo Ulrich Steiner, a ética é “um saber da relação, da ação e da vida”. Para ele, é grave quando a sociedade precisa “justificar o mercado”, esquecendo o ser humano.

— Nas questões da vida e do meio ambiente, perdemos o horizonte da ética. Só vemos a questão econômica.

O jurista e professor da UnB José Geraldo de Sousa Junior afirmou que o estudo da ética demanda a necessidade de crítica às instituições estabelecidas. Para o professor, a democracia é a expressão do debate sobre a ética, que exige o respeito às diferenças e às



Hélio José (E) propôs e comandou o debate na Comissão Senado do Futuro

minorias, como as mulheres e os indígenas. O reitor da Universidade Internacional da Paz (Unipaz), Roberto Crema, apontou que a ética não pode se resumir aos humanos, mas deve alcançar o relacionamento “com a natureza e com o transumano”.

Para o ex-senador e presidente da União Planetária, Ulisses Riedel, um estudo profundo da ética deve transcender a materialidade. Ele ressaltou que o respeito ao outro é o respeito ao todo e

também a si mesmo. Segundo Riedel, pensar a economia como forma de distribuir riquezas é dar uma dimensão prática à ética.

— Acreditamos que a ética pode salvar o mundo. A ética do amor é a ética que supera tudo — afirmou.

A audiência foi sugerida e coordenada pelo presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF). Para o senador, a ética vai além das questões filosóficas e atua como “um cimento” que pode unir a sociedade.

Chaves homenageia 110 anos da imigração japonesa no Brasil

Ao lembrar os 110 anos da imigração nipônica, Pedro Chaves (PRB-MS) destacou a elevada escolaridade dos imigrantes e de seus descendentes. O senador homenageou a colônia japonesa de Mato Grosso do Sul e afirmou esperar que os valores japoneses sejam incorporados pelos brasileiros.

— A valorização da família, da sabedoria dos idosos, da tradição, da educação, do trabalho, do respeito à autoridade. A valorização do conhecimento e do esforço na forma da milenar tradição japonesa são acréscimos bem-vindos ao patrimônio cultural brasileiro.



Roque de São Agência Senado

Vanessa quer sustar decreto que altera alíquotas de IPI

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou audiência pública que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) faz hoje, às 10h, para analisar dois projetos destinados a suspender um decreto do Executivo que, para ela, prejudica a Zona Franca de Manaus. Os projetos foram apresentados por Vanessa e Eduardo Braga (MDB-AM).

O decreto reduz as alíquotas de IPI de 20% para 4% para o setor de bebidas não alcoólicas.

— Esse decreto não só reduz, mas acaba com os incentivos fiscais, porque torna tão cara a produção lá que impede a permanência do setor.



Roque de São Agência Senado

Rudson Leite critica bloqueio noturno de trecho da BR-174

Rudson Leite (PV-RR) cobrou a retirada da corrente na barreira do Jundiá, que interdita a rodovia BR-174 durante a noite. Ele propõe a transformação do trecho em corredor ecológico, aberto dia e noite, mas com limite de velocidade. O senador criticou as dificuldades para construção do Linhão de Tucuruí, que interligará a rede de Roraima ao resto do país. Hoje o estado depende de energia fornecida pela Venezuela.

— O nosso contrato com a Venezuela termina em 2020. E se a Venezuela não quiser renovar o contrato?



Roque de São Agência Senado

Comissão de Orçamento deve analisar relatório da LDO hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne hoje e amanhã para concluir a leitura do relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. O presidente da comissão, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), e o relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), decidiram suspender a reunião da última quarta-feira, quando não houve acordo, e retomar a leitura do PLN 2/2018 nesta semana. Assim, preserva-se o quorum de deputados e senadores, sem a necessidade de outra convocação para iniciar nova reunião. O relator da LDO defendeu a urgência da leitura do relatório preliminar:

— A partir da leitura, o prazo para apresentação de emendas passa a ser contado. E, ao terminar esse prazo, pode-se partir para a elaboração do relatório final — disse Dalírio.

Também responsável pela análise de medidas provisórias que tratam de verbas

do Orçamento, a CMO pode examinar hoje a MP 825/2018, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. A relatora, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), é favorável.

Outra medida na CMO, que aguarda a designação de relator, é a MP 839/2018, que institui subsídio de R\$ 9,58 bilhões para a comercialização do óleo diesel, acertada entre o governo e os caminhoneiros.

A CMO avalia ainda os acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre contas do governo federal e auditorias feitas pelo tribunal. Foi protocolado no Congresso na última semana o acórdão do exame das contas do governo de Michel Temer de 2017, aprovadas com recomendações e ressalvas.

Aguarda análise também a auditoria do TCU sobre a dívida pública interna, solicitada em 2016 pelo senador Alvaro Dias (Pode-PR).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Verba para o setor de transportes

9h Entre 9 itens, o PLS 11/2013, que destina parte da Cide para projetos de infraestrutura de transportes coletivos.

CAE Contrato de prestação de serviço

10h Na pauta de 15 itens, o PLC 195/2015, que aumenta prazo para contrato de prestação de serviços entre empresas.

CCJ IPI de insumo para refrigerantes

10h Audiência interativa sobre projetos que sustam decreto que alterou IPI sobre insumo para fabricação de refrigerantes de empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

CDH Nanismo

10h Audiência interativa sobre nanismo.

CRA Crédito rural

11h O PLS 447/2015, que veda a exigência, por parte das operadoras de crédito rural, de garantias superiores a 130% do crédito concedido, é um dos 3 itens.

CE Agência Nacional do Cinema

11h30 Sabatina de Mariana Ribas da Silva para a Ancine. Após, análise de pauta com 14 itens.

CDH Propriedade industrial

14h Audiência interativa para debater importância da propriedade industrial para o desenvolvimento econômico.

CMO LDO 2019

14h Reunião sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019. Às 15h30, a comissão volta a se reunir.

MP 838/2018 Subsídio para óleo diesel

14h Eleição e reunião de trabalho.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, a MP 821/2018, que cria o Ministério da Segurança Pública.

MP 827/2018 Agentes de saúde

14h30 Análise do relatório.

MP 833/2018 Pedágio de caminhões

14h30 Análise do relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado pode votar venda direta de etanol do produtor para os postos

Se for aprovada, proposta que objetiva aumentar a concorrência no mercado de combustíveis seguirá para a Câmara dos Deputados

PODE SER VOTADO hoje em Plenário um projeto que permite a venda de etanol diretamente do produtor aos postos de combustíveis. Com pedido de urgência aprovado no dia 12, o texto tem o objetivo de aumentar a concorrência no mercado de combustíveis e, conseqüentemente, baixar o preço para o consumidor. Se aprovado, o PDS 61/2018 ainda terá que passar pela Câmara dos Deputados.

O projeto de Otto Alencar (PSD-BA) susta um artigo da resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre o fornecimento e a venda de

etanol combustível que determina que o fornecedor só pode vender o etanol a outro fornecedor cadastrado na ANP, a um distribuidor autorizado pela agência ou ao mercado externo. “Hoje as usinas produtoras de etanol para atendimento do mercado interno têm sua comercialização restrita a outros fornecedores cadastrados na ANP ou a um grupo restrito de distribuidoras autorizadas pela agência, que praticamente monopolizam o fornecimento do etanol para os postos de combustíveis”, explica o senador no projeto.

Para ele, a limitação da

negociação impede o livre comércio e produz ineficiência econômica.

Paralisações

A crise institucional causada pelas paralisações de caminhoneiros contra a alta no preço dos combustíveis, de acordo com Otto, fez surgir a necessidade de mudanças na política de comercialização do setor. “O pleito dos produtores não tem como objetivo a tomada do mercado das distribuidoras, e sim a oportunidade de também comercializarem o etanol, sem os atravessadores”, afirma o senador na justifica-

tiva da proposta.

Pela Constituição, cabe ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo (como é o caso da resolução da ANP) que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Com base nessa norma, o Senado já aprovou, por exemplo, projeto para sustar a decisão da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) que autorizou as empresas aéreas a cobrar pelo despacho de bagagens. O texto foi aprovado em 2016 pelo Senado, mas ainda não foi votado pelos deputados.

Reguffe critica forma de escolha para tribunal superior e de contas

Reguffe (sem partido-DF) criticou a forma de escolha de membros dos tribunais superiores e dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal. Ele não considera correto que alguém indicado por um governante julgue as contas de quem o indicou.

O senador lembrou que apresentou uma proposta que determina concurso público de provas e títulos para ocupar os cargos e estabelece mandatos de cinco anos (PEC 52/2015).

— Tem que acabar essa coisa de que é para a vida inteira, tem que ser um serviço temporário à sociedade, de cinco anos.



Roque de Sá/Agência Senado

Autistas e familiares relatam avanços e desatenção do Estado

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para celebrar o Dia Mundial do Orgulho Autista, comemorado ontem, participantes ressaltaram o avanço de duas propostas em análise no Congresso que podem ajudar a melhorar vida das pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Uma das propostas é o PLS 169/2018, originário de uma sugestão legislativa, que assegura a criação de centros de atendimento integral aos autistas, mantidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse projeto aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Gostaríamos que nossos meninos fossem atendidos nos Caps [Centros de Atenção Psicossocial], mas infelizmente os Caps não suportam nem quem já está lá — disse o diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), Fernando Cotta, pai de autista severo.

Censo

Outra demanda antiga do Moab é a aprovação do PL 6.575/2016, da deputada federal Carmen Zanotto (PPS-SC), que torna obrigatória a coleta de dados e informações a respeito das pessoas com espectro autista nos censos demográficos do IBGE a partir de 2020. O projeto tramita em caráter conclusivo na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara. Se aprovada, a proposta será encaminhada ao Senado.

Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo tenham autismo, sendo 2 milhões no Brasil, mas até hoje nenhum levantamento foi realizado



Paulo Paim (C) comanda o debate na Comissão de Direitos Humanos sobre o Dia Mundial do Orgulho Autista

no país para identificar essa população. Segundo o coordenador do Moab, César Martins, pai de autista, o censo vai ajudar a direcionar políticas públicas e fortalecerá a luta dos autistas.

— Esse censo é importante porque as políticas públicas precisam ser baseadas em boas informações.

Também integrante do Moab, Ana Paula Gúlias disse que o censo vai ajudar a revelar quantos autistas severos existem. Hoje, conforme observou, é predominantemente divulgado que uma minoria se enquadra no grau mais alto do espectro.

— Os autistas severos estão invisíveis, escondidos dentro de casa. Não sabemos se são minoria — afirmou.

Outras medidas defendidas pelos debatedores incluem a necessidade de fortalecer o diagnóstico precoce, o incentivo a pesquisas sobre o uso da *cannabis* medicinal, além do registro da condição de autista na carteira de identidade.

Apesar dos avanços no Legislativo, garantir direitos a pessoas com autismo e

outras deficiências ainda é um desafio. A jornalista Simone Franco, mãe de autista e diretora parlamentar do Moab, chamou a atenção para relatório divulgado em maio pela Human Rights Watch que revelou que milhares de crianças e adultos com deficiência no Brasil estão confinados em instituições de acolhimento, sem necessidade.

De acordo com o documento, feito com base em visitas a 19 instituições de acolhimento no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e no Distrito Federal, entre novembro de 2016 e março de 2018, esses abrigos não proviam mais do que as necessidades básicas de seus residentes, com poucas oportunidades de contato relevante com a comunidade ou de desenvolvimento pessoal. Condições degradantes e uso de medicamentos sem prescrição terapêutica foram outros problemas encontrados.

— As pessoas não devem ser confinadas, não devem ser privadas do convívio social e familiar — defendeu Simone.

O coordenador-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa

com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, Josué da Silva, classificou como inaceitável a situação revelada pelo relatório da Human Rights Watch.

— Isso é inaceitável, porque a gente está falando de gente. Ele observou que muitas das pessoas que estão nos abrigos foram abandonadas pelas famílias.

Preconceito

O preconceito e o desconhecimento sobre o autismo são outras dificuldades enfrentadas pelos autistas, segundo a ativista Luciane Hatadani. Diagnosticada com autismo na infância, ela recebeu o apoio dos pais e hoje é doutora em genética e biologia molecular. Segundo Luciane, muitos dos estigmas que acompanham os autistas não têm qualquer base científica.

— O maior mito de todos é de que autistas não podem defender seus próprios direitos. Na verdade, é isso que nós queremos fazer. Se você quiser aprender sobre autismo, pergunte para um autista — afirmou.

Paulo Paim cobra mais investimentos voltados às políticas para jovens

As ações públicas destinadas aos jovens com idade entre 18 e 29 anos são insuficientes no Brasil, afirmou Paulo Paim (PT-RS).

Para o senador, quando não há investimentos em educação e emprego, uma das consequências é a falta de perspectiva entre os jovens, o que pode levar ao aumento da criminalidade.

De acordo com o mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), 55% dos 726 mil presos no país são jovens com idade entre 18 e 29 anos, o que representa 400 mil pessoas, lamentou Paim.

— E o que é pior é que muitos desses jovens, quando deixam a prisão, acabam retornando.

Medeiros reclama de burocracia para liberar obras em rodovias

José Medeiros (Pode-MT) criticou a burocracia dos órgãos ambientais e de proteção aos índios para a liberação de obras em rodovias.

Depois de visitar a região do Araguaia, em Mato Grosso, o senador disse que a falta de estradas é a maior reclamação de quem vive nessas localidades. Ele reclamou que, a cada projeto de rodovia, especialistas do Ibama e da Funai, que não conhecem a região, impõem dificuldades, como a exigência de estudos de impacto que servem apenas para atrasar as obras e dificultar a vida dos produtores rurais do estado.



Roque de Sá/Agência Senado



Incêndio provocado por curto-circuito transforma edifício Wilton em ruínas e mata ocupantes no centro da capital paulista. Perto dele está o Dandara, exemplo do que pode dar certo para os sem-teto

Moradia: Senado tem projetos contra tragédias

Texto que regulamenta requisição de imóveis abandonados em iminente perigo público é uma das propostas que poderiam ter impedido desabamento de edifício em São Paulo

Cintia Sasse

O INCÊNDIO QUE provocou o desabamento dos 24 andares do edifício Wilton Paes de Almeida, no centro da capital paulista, no dia 1º de maio, chamou a atenção do país para a delicada situação dos que buscam um teto para morar, ocupam imóveis abandonados e se sujeitam a condições muito precárias de habitação.

Incorporado ao patrimônio da União em 2002, como pagamento de dívidas, o edifício abrigou repartições federais. Ocupado pelos sem-teto, foi vistoriado pela prefeitura, que o considerou inadequado para habitação, com divisórias e instalações elétricas improvisadas. Um curto-circuito teria sido a causa do incêndio.

Tragédias como a do Wilton decorrem de políticas desordenadas de desenvolvimento urbano, excesso de burocracia e um enorme déficit habitacional. Pelo último levantamento da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, essa necessidade foi dimensionada em 6,3 milhões de domicílios em 2015, dos quais 5,5 milhões estão em áreas urbanas de todo o país. São Paulo é o estado com maior déficit (1,3 milhão de unidades). Desse total, 48% estão na região metropolitana.

Dandara

Uma das alternativas é a reforma e a readequação de imóveis antigos — o *retrofit*, no jargão da engenharia. Perto do edifício que ruiu, há exemplo do que pode dar certo com o *retrofit*.

— Desde o incêndio do Wilton, o edifício Dandara se tornou contraponto para mostrar soluções bem-sucedidas — diz o representante paulista na União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Sidnei Pita.

Localizado na Avenida Ipiranga, o Dandara, com 120 uni-

dades habitacionais, abrigou a Justiça do Trabalho na década de 1970. Vazio por 10 anos, foi ocupado em setembro de 2008 por integrantes da Unificação das Lutas de Cortiços e Moradias, um dos 150 movimentos filiados à UNMP e que atua na capital paulista.

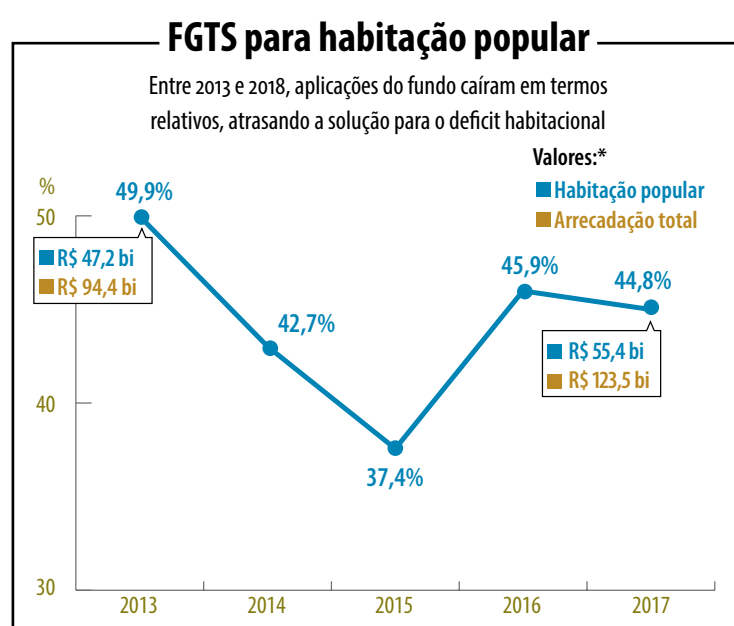
O objetivo era pressionar a União, proprietária do imóvel, para definir a destinação, afirma Pita, que esteve à frente da ocupação do Dandara. Houve muita dificuldade para aprovar o projeto na prefeitura e na Caixa Econômica.

Êxito

No final, porém, conseguiram uma concessão real de direito de uso por tempo indeterminado. Pita explica que os ocupantes não podem comercializar os imóveis e qualquer mudança precisa passar pelo crivo do movimento. As obras começaram em 2013, com a maior parte dos recursos obtida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida — Entidades. Os ocupantes participaram desde a escolha do material até a administração da obra.

Levantamento da prefeitura paulistana indicou que há cerca de 70 imóveis ocupados que precisariam ser regularizados, conforme Evaniza Rodrigues, da UNMP. Ela diz que ainda não há pesquisa sobre o perfil das pessoas que ocupam esses prédios. Geralmente são pessoas sem renda ou que recebem até R\$ 1,8 mil, enquadrados na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida.

Alguns estão em situação de rua, outros desempregados ou na informalidade, como camelôs. Há também os que moram tão longe dos empregos, que se engajam nos movimentos pela dificuldade de locomoção. Segundo Evaniza, há um protagonismo das mulheres



chefes de família. E não há distinção. Entre os ocupantes pode haver refugiados, dependentes químicos e pessoas com distúrbios mentais.

Requisição

Apesar da importância, o *retrofit* não está na pauta principal dos movimentos. Yuri Leão, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), diz que dos 126 projetos de habitação por interesse social em São Paulo, só três foram *retrofit*.

Essa modernização de imóveis abandonados é apenas um lado dos complexos desafios das cidades brasileiras. O especialista em desenvolvimento urbano e consultor do Senado, Victor Carvalho Pinto, explica que a maioria das cidades tem baixa densidade. Nelas, a ocupação irregular do solo é a regra e as pessoas têm vários problemas urbanos ao mesmo tempo, como falta de infraestrutura e de transporte.

Para melhorar esse quadro, o Senado apresentou algumas iniciativas. Uma delas é o projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que autoriza as prefeituras a requisitar imóveis abandonados, em áreas de risco ou atingidos por catástrofe, sendo

alternativa à desapropriação. Segundo o consultor, a requisição é prevista na Constituição, mas não foi regulamentada.

Ele diz que a requisição é “absolutamente necessária” em situação de iminente perigo público, que exige providências imediatas, como no caso do Wilton. O projeto (PLS 65/2014), que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aguardando novo relatório de Ronaldo Caiado (DEM-GO), prevê a criação de um fundo onde os antigos proprietários se tornem cotistas.

O consultor explica que eles vão poder comercializar as cotas ou trocá-las por um imóvel novo, a ser produzido no processo de reurbanização da área. A requisição é adotada com sucesso pelo Japão para reconstruir áreas devastadas por tsunamis e terremotos.

Outro projeto (PLS 504/2013) é de Wilder Moraes (DEM-GO)

e já está na Câmara. Ele prevê a desapropriação para reparcelamento do solo, como forma de reurbanizar áreas degradadas. A atual legislação é ruim, na avaliação do especialista. Paga pouco no primeiro momento, induz o proprietário a recorrer à Justiça e após longa demora pode se tornar um precatório muito alto para o poder público. O PLS 504 procura adotar mecanismos para agilizar o acordo e viabiliza a alienação de parte dos imóveis para financiar a operação de reurbanização.

A proposta mais recente (PDS 56/2018) foi apresentada por Álvaro Dias (Pode-PR) em maio, após a tragédia do edifício Wilton. Ela susta parte de normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que prevê a obrigatoriedade de fornecimento de energia para qualquer tipo de domicílio.

Marcha

No entanto, os cinco movimentos nacionais, reunidos na Marcha pelo Direito à Cidade, de 5 a 7 de junho em Brasília, estão preocupados com os vários projetos no Senado que autorizam o uso do FGTS — principal fonte do Minha Casa, Minha Vida — para outras finalidades, principalmente para educação. O presidente da Conam, Getúlio Vargas Júnior, diz que se eles forem aprovados haverá redução substancial dos recursos para moradia popular, o que justifica a posição contrária dos movimentos nacionais com relação a essas propostas.

Saiba mais

Levantamento da Secretaria do Patrimônio da União — imóveis aptos para moradia popular
<http://bit.ly/tabelaimoveis>

PLS 65/2014
<http://bit.ly/PLS65de2014>

PLS 504/2013 (PL 6.905/2017 na Câmara dos Deputados)
<http://bit.ly/PL6905de2017>

PDS 56/2018
<http://bit.ly/PDS56de2018>

Veja todas as edições do Especial Cidania em www.senado.leg.br/especialcidania